



EMENDA Nº

/

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

07 / 02 / 2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016

TIPO

1 [ x ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA 5 [ ] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO JOÃO DERLY	PARTIDO REDE	UF RS	PÁGINA
Art. 19 . (Supressão)			

### JUSTIFICAÇÃO

A autorização da aplicação da Legitimação Fundiária, sem critério de renda, tempo de posse, única propriedade e utilização – nos casos em que os municípios poderão conferir a propriedade plena aos ocupantes, gera insegurança jurídica e atenta contra a probidade administrativa e boa gestão do patrimônio público. O novo instrumento trata-se de transferência gratuita de propriedade sem critérios legais e por ato discricionário do Poder Público. Se também seja aplicado à regularização fundiária dos núcleos urbanos no âmbito do Programa Terra Legal na Amazônia (art. 30, caput, inciso I, da Lei nº 11.952, de 2009 – doação com critérios: até mil m<sup>2</sup>, até 5 salários mínimos, não proprietário de outro imóvel urbano, uso moradia ou subsistência), a legitimação deturpa os critério da Lei 11.952/2009 em que se autoriza a doação, possibilitando a privatização de imóveis públicos sem o necessário interesse público e social para o rompimento da titularidade federal do domínio. Além de ser inconstitucional, pois propriedade pública para ser regularizada em nome dos ocupantes depende expressamente de interesse público e social, mediante ato vinculado a critérios legais, o que não se observa no dispositivo.

Chama atenção que a MP nº 759 permite que a Lei 119.54/2009 feita para a Amazônia se aplique em todo o Brasil, e consequentemente este instrumento claramente inconstitucional.

07 / 02 / 2017  
DATA

ASSINATURA

